



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COLETA COMISSÃO
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: clupi@uol.com.br, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 23 e 25 do Regulamento da Comissão Interamericana, apresentar

DENÚNCIA

conforme o disposto nos artigos 44 e 46 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e 26, 27, e 32 do Regimento da Comissão, em face de violação dos Direitos Humanos do povo brasileiro e das nações amigas, consolidados na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no Pacto de São José da Costa Rica, na Convenção Americana de Direitos Humanos, pela República Federativa do Brasil, em razão do grave acinte aos Direitos Humanos da população mais vulnerabilizada, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Exmo. Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, nos termos aduzidos, e ao fim requerendo o que segue:



DOS FATOS

Em que pese a população brasileira ser majoritariamente negra e economicamente vulnerável, não é novidade as opressões diárias sofridas por esta população, ainda vítima das estruturas sociais delineadas na época escravocrata, e que é proveniente também de quem assumiu o compromisso político e humanitário de prezar pelo bem estar de todos, quando ocorre o fenômeno do racismo institucional.

Isto porque, ainda que sob à égide de um Estado Democrático de Direito, que deveria refletir a persecução do justo para todos os indivíduos, a Nação Brasileira ainda é assolada por amarras sociais criadas como sustentáculo para a manutenção de uma estratificação social opressora, que é fortalecida também pelas instituições públicas, quando deveria ser por elas veementemente combatida.

Nesta esteira, temos que racismo institucional nada mais é que o fracasso coletivo de uma organização na tentativa de fornecer um serviço público de qualidade para os cidadãos, em razão de sua cor, cultura ou origem étnica. Tal fenômeno vislumbra-se em processos, atitudes e comportamentos que desembocam na discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica".¹

Com relação às ações que supostamente visam a segurança pública no país, o racismo institucional assume contornos de acinte recorrente aos Direitos Humanos e genocídio à essas populações, que, ao invés de tratados como destinatários do serviço público prestado, são vistos como ameaça à ser combatida, tendo como resultado ações lastimáveis que vem ceifando vidas desenfreadamente.

¹ Racismo Institucional: um desafio para equidade no SUS?. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ZTJmFN3BzNTm8C6rf9qFJgC/?lang=pt> Acesso em 25.7.2022, às 09:30 hrs.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Pois bem.

Um dos mais bárbaros reflexos do racismo institucional foi presenciado com pavor pela população brasileira, em operação truculenta da Polícia no “Morro do Alemão, no dia 21 de julho de 2022, que culminou em incalculável prejuízo aos moradores. Sob a pretensa escusa de evitar assaltos à carros, houveram cerca de 19 (dezenove) mortos, nas 11 (onze) “favelas” que foram alvo da operação, sendo considerada, até o atual momento, como a terceira mais letal do Estado do Rio de Janeiro. Por pertinência, colaciona-se:



Uma mulher morreu baleada com um tiro na cabeça nesta sexta-feira (22), no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, um dia depois da **ação policial que deixou 18 mortos** na quinta (21), no conjunto de 11 favelas. A nova vítima, Solange Mendes, foi levada ao Hospital Getúlio Vargas, na Penha, mas não resistiu.

Moradores afirmam que ela foi baleada no momento em que policiais atuavam para remover um muro de concreto erguido por traficantes. Um policial teria atirado após se assustar quando a mulher passou em um beco.

Link: <https://www.band.uol.com.br/noticias/bora-brasil/ultimas/complexo-do-alemao-tem-novo-dia-de-tensao-apos-operacao-deixar-18-mortos-16524313>;



Operação no Morro do Alemão deixa 18 pessoas mortas

Entre elas, um cabo da PM e uma moradora



Por Redação — 21 de julho de 2022 em Geral Tempo de leitura: 2 mins

AA



Corpos de vítimas da operação no Alemão são colocados na cacaemba. Foto: Reprodução

Link: <https://horacampinas.com.br/operacao-no-morro-do-alemao-deixa-18-pessoas-mortas/> .

Impera delinear que, as pessoas mortas em ações policiais truculentas são cidadãos que estavam vivendo suas vidas, trabalhando, constituindo família e contribuindo com o enriquecimento da nação, quando tiveram suas vidas ceifadas, sem que haja qualquer responsabilização acerca do fato. Como dois dos inúmeros exemplos, temos a Senhora Solange Mendes, baleada por policiais quando caminhava por um beco; e a



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Senhora Letícia Marinho, de 50 anos, que foi baleada por policiais dentro do carro em que estava, deixando três filhos órfãos.²

Segundo noticia a mídia, a operação teria por fulcro combater roubos de carga de veículos e envolveu cerca de 400 (quatrocentos) policiais e equipes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil, bem como fez uso de 04 (quatro) helicópteros e 10 (dez) veículos blindados.³ Ou seja, resta indene de dúvidas que se tratou de uma operação de grande porte que, infelizmente, ao invés de ser reconhecida pelo êxito do resguardo patrimonial, em verdade destacou-se pelo número de vidas ceifadas.

Segundo narrado pelos moradores, durante a manhã de quinta-feira, houveram intensos tiroteios confronto violento entre a polícia e criminosos que habitam a região. Outrossim, relata-se ainda que os policiais atiraram contra população com intuito de matar, sem que houvesse quaisquer distinções entre criminosos e cidadãos ou preocupação em resguardar vidas inocentes. Observe-se:

² Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/bora-brasil/ultimas/complexo-do-alemao-tem-novo-dia-de-tensao-apos-operacao-deixar-18-mortos-16524313>. Acesso em 25.7.2022.

³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/breves/acao-policial-integrada-no-rio-de-janeiro-deixa-quatro-mortos-no-complexo-do-alemao/>. Acesso em: 25.7.2022.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Denilson Glória, namorado de Letícia e que estava com ela no carro na hora do ataque, contou que policiais dispararam num sinal da Rua Itararé.

“Ao sair, tinha policial num sinal, paramos. Mesmo assim, o carro foi alvejado”, afirmou. “Só vi ela caindo para o meu lado. Quando eu olhei, tinha um furo no peito”, detalhou.



Jaime foi atingido de raspão — Foto: Reprodução/TV Globo

Jaime Eduardo da Silva, primo de Denilson, também foi atingido de raspão no pescoço.

“E agora, o que vou falar para a família que está lá dentro chorando? O

Link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/21/coletiva-pm-e-civil-acao-alemao.ghtml>

Dentre os inúmeros relatos dos moradores da região, reverbera-se a despreocupação dos envolvidos em assegurar, ainda que minimamente, a segurança



das pessoas que moram nas comunidades. Inúmeros relatos dão conta de que mesmo parando o veículo, policiais estavam atirando, em plena luz do dia, atingindo pessoas na rua ou dentro de seus carros, bem como destruindo e/ou inutilizando casas residenciais e comércios, que foram alvejados sem qualquer justificativa plausível para tanto. Ou seja, há inegável acinte aos Direitos Humanos, sobretudo ao mais destacável deles, o Direito à vida.

Outrossim, impera delinear que a referida operação no Complexo do Alemão não é fato isolado, pelo contrário, as operações são fato cotidiano na vida da população que vive nas comunidades. Nesta esteira, foram notificadas mais de 10.000 operações em doze anos, média de mais de duas operações por dia. ⁴ Ou seja, todos os dias as comunidades lidam com operações que culminam na morte de cidadãos pertencentes a minorias vulneráveis.

Com efeito, a distribuição geográfica das operações, não por acaso, dialoga com os recortes sociais de raça e vulnerabilidade econômica. Os cinco municípios com maior número de operações registradas foram o Rio de Janeiro (79,9%), Duque de Caxias (4,4%), São Gonçalo (4,4%), Niterói (3,5%) e Belfort Roxo (1,9%). Os cinco bairros do Rio de Janeiro com maior porcentagem de operações foram o Complexo do Alemão (5,5%), Maré (4,8%), Penha (4,5%), Bangu (3,6%) e Costa Barros (3,6%). Ou seja, o complexo do Alemão, palco da operação hora denunciada, é o bairro com maior porcentagem de operações. ⁵

Deveras, as operações policiais que há muito representam acintes aos Direitos Humanos, sobretudo à vida, cresceram em letalidade nos últimos meses. Na última sexta-feira (22 de julho de 2022), foi noticiado que 14 (quatorze) meses, o Estado do Rio

⁴ Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2019_boll_sumario_operacoes_policias.pdf . Acesso em 25.7.2022.

⁵ Idem.



de Janeiro registrou 3 das quatro operações mais letais da história, tendo como resultado mais de 70 (setenta vidas) ceifadas. Colaciona-se:

Em 14 meses, Rio registra 3 das 4 operações mais letais da história, com mais de 70 mortos

Incursão das polícias Militar e Civil no Alemão, na quinta-feira, com 17 mortos, é a 4ª mais letal da capital fluminense. Em maio de 2021, no Jacarezinho, foram 28 mortos.

Por g1 Rio

22/07/2022 00h01 · Atualizado há 2 dias



Link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/em-14-meses-rio-registra-3-das-4-operacoes-mais-letais-da-historia.ghtml>



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



A título de exemplo, convém citar as operações mais letais já feitas. A campeã em letalidade foi a operação realizada na comunidade do Jacarezinho, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, efetuada em maio de 2021, que culminou na morte de 28 (vinte e oito) pessoas. Note-se que o lapso temporal entre as operações mais letais são extremamente curtos, pelo que notadamente identifica-se recorrência na conduta institucional de adentrar morros e comunidades em operações letais.⁶

Um ano após a operação no Jacarezinho, em maio de 2022, foi feita operação policial na Vila do Cruzeiro, comunidade também localizada na Zona Norte. Nesta operação foram notificadas 25 (vinte e cinco) mortes, sendo a segunda mais letal nos últimos meses.⁷

Por pertinência, colaciona-se lista das operações mais letais:

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/em-14-meses-rio-registra-3-das-4-operacoes-mais-letais-da-historia.ghtml> . Acesso em 25 de julho de 2022.

⁷ Idem.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



- **Jacarezinho (maio de 2021)** - 28 mortos;
- **Vila Cruzeiro (maio de 2022)** - 25 mortos;
- Complexo do Alemão (junho de 2007) - 19 mortos;
- **Complexo do Alemão (julho de 2022)** - 17 mortos;
- Senador Camará (janeiro de 2003) - 15 mortos;
- Fallet/Fogueteiro (fevereiro de 2019) - 15 mortos;
- Complexo do Alemão (julho de 1994) - 14 mortos;
- Complexo do Alemão (maio de 1995) - 13 mortos;
- Morro do Vidigal (julho de 2006) - 13 mortos;
- Catumbi (abril de 2007) - 13 mortos;
- Complexo do Alemão (agosto de 2004) - 12 mortos;

Fonte: GENI/UFF

Link: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/em-14-meses-rio-registra-3-das-4-operacoes-mais-letais-da-historia.ghtml>

Quanto ao Complexo de Alemão, palco maior das referidas operações, bem como da operação lastro da presente denúncia, tem-se que, somando as mortes notificadas em todas as operações realizadas neste complexo de favelas, tem-se mais de 75 (setenta e cinco) mortes. Outrossim, há menos de 4 (quatro) quilômetros do complexo do alemão, localiza-se o conjunto de comunidades conhecido como Complexo da Penha,



onde ocorreu a operação mais letal da história e cujo somatório de mortes ultrapassa o número de 100 (cem) pessoas.⁸

Válido ressaltar que a referida questão já foi exaustivamente enfrentada pelo poder judiciário brasileiro, tendo sido as referidas operações restritas pelo Supremo Tribunal Federal – STF, maior autoridade judicial do país. Todavia, a referida medida tem se demonstrado ineficaz, consoante demonstra-se:

Polícias do Rio realizaram duas operações em favelas por dia desde decisão do STF restringindo ações



⁸ Idem.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Link: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policias-do-rio-realizaram-duas-operacoes-em-favelas-por-dia-desde-decisao-do-stf-restringindo-acoes-25546024.html>.

No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 635, o ministro Edson Fachin, emanou decisão, posteriormente referendada pelo plenário, que impôs que as referidas operações apenas deveriam ser realizadas em caráter excepcional, quando devidamente fundamentadas, bem como que as incursões devem ser informadas previamente ao Ministério Público do Rio (MP-RJ), já com a necessária justificativa. Todavia, em que pese a referida decisão, as operações continuam acontecendo, revelando a ineficácia das instituições nacionais na questão.

Em sede de exordial na ADPF 635, invocou-se como preceitos fundamentais, a vida, a dignidade da pessoa humana, o direito à segurança e à inviolabilidade do domicílio, o direito à igualdade e a prioridade na garantia de direitos fundamentais a crianças e adolescentes como dever do Estado. A parte autora trouxe bem salientou que a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro viola a Constituição Federal e os tratados de direitos humanos de que faz parte a República Federativa do Brasil, de modo especial o direito à vida. Ressaltou-se ainda que “em vez de proteger e promover o direito à vida das pessoas, as estatísticas comprovam que tal política estimula a letalidade da atuação das forças de segurança, por meio, e.g., da utilização de helicópteros como plataformas de tiro e da extinção da gratificação que servia como incentivo à diminuição de mortes cometidas por policiais”.

Em decisão datada de 5 de agosto de 2020 destacou-se, como fundamento para conceder a medida cautelar, que, segundo dados trazidos no Anuário de 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública descreve: “No que tange à seletividade racial, o padrão de distribuição da letalidade policial aponta para a expressiva sobre representação de negros dentre as vítimas. Constituintes de cerca de 55% da população brasileira, os negros são 75,4% dos mortos pela polícia.



Ademais, a referida decisão trouxe ainda que os números demonstram um aumento acentuado do número de mortes por intervenção de agentes do Estado no Rio de Janeiro. Conforme dados apontados em Relatório produzido pelo MPRJ: “Desde 2013, as mortes produzidas por forças de segurança no Rio de Janeiro apresentam uma tendência de crescimento. No entanto, o ritmo de crescimento se acelerou principalmente a partir de 2016. A média mensal do número de mortes por intervenção de agentes do Estado em 2015 foi de 54. Em 2018 foi de 128. Em 2019, entre janeiro e agosto, a média no Rio alcançou o número de 156 vítimas por mês.” Destacou-se, por fim, a ineficiência das referidas medidas, que não causaram impacto visível índice de criminalidade.

Ocorre que, em que pese deferida a medida cautelar de restrição as operações, segundo dados disponibilizados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, no lapso temporal de 02 (dois) anos foram comunicadas ao órgão um total de 1.377 (mil trezentos e setenta e sete) ações policiais, em uma média de praticamente duas ocorrências diárias.⁹ Assim, resoa incontestemente a necessária intervenção desta corte.

QUESTÕES PRELIMINARES E FUNDAMENTAÇÃO

As questões apresentadas e ainda incipientes no campo internacional, possuem relevância e transcendência, uma vez que os núcleos debatidos na presente ação, relacionados todos à responsabilidade estatal ante os recorrentes acintos aos Direitos Humanos, sobretudo o direito à vida e a dignidade da população brasileira, apresentam uma vocalização de representação comunitária para a proteção dos direitos humanos.

⁹ Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policias-do-rio-realizaram-duas-operacoes-em-favelas-por-dia-desde-decisao-do-stf-restringindo-acoes-25546024.html>.. Acesso em 25.7.2022.



Assim, a questão é relevante do ponto de vista do direito internacional e da comunidade integrada ao transcender o interesse subjetivo do Estado e os limites espaciais do exercício do seu poder soberano, cujo debate e questionamentos pretendem contribuir para a garantia e efetivação dos direitos humanos, não apenas na unidade Estado Constitucional Brasileiro, como além fronteiras. As obrigações referentes aos direitos humanos e às vidas são territoriais? Ou poderá haver responsabilidade caso o Estado nacional negligencie o seu dever perante a sua comunidade e aquela internacional?

O Estado deve responder por atos considerados internacionalmente ilícitos por ação ou omissão. No primeiro caso, **a conduta estatal atribuível ao Estado é considerada a partir do momento em que viola direitos humanos regulados pelo direito internacional e costumeiro. Isto porque o violento acinte às vidas negras observado nas operações policiais advém do próprio Estado Brasileiro.**

A natureza estruturante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem, dentre outras, as atribuições de estimular a consciência dos direitos humanos; formular recomendações aos governos dos Estados-membros, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos e solicitar aos governos dos Estados-membros que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos.

COMPETÊNCIA, ADMISSIBILIDADE E LEGIMIDADE

DA COMPETÊNCIA

O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, cujo tratado, Pacto de San José da Costa Rica, foi assinado em 22 de novembro de 1969, e ratificado pelo Brasil em setembro de 1992. A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº



45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tornam-se equivalentes às emendas constitucionais.

A teor do que dispõe o artigo 1º da Convenção Americana de Direitos Humanos, os Estados-Partes comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Importante realçar que a Constituição Federal de 1988 revela o caráter internacionalista de respeito aos direitos humanos, conforme lembra Marcelo Ramos Peregrino Ferreira:

Há o reconhecimento, nesta fase de transição para o regime democrático do núcleo duro dos direitos humanos fundamentais, ou seja, da necessidade do Estado Democrático e de Direito se fundar na dignidade da pessoa humana, numa nova “topografia constitucional” (com os direitos e garantias antecedendo a organização estatal propriamente dita) que “reflete a mudança paradigmática da lente *ex parte principe* para a lente *ex parte populi*”, “um direito inspirado pela ótica da cidadania, radicado nos direitos dos cidadãos”, não sendo “sob a perspectiva do Estado que se afirmam direitos”, mas pelos direitos que se afirma o Estado, na lição de Flávia Piovesan.¹⁰

O internacionalismo, na Carta, desnuda-se quando se mencionam os princípios da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, do repúdio ao

¹⁰ FERREIRA, Marcelo Ramos Peregrino. **O Controle de Convencionalidade da Lei da Ficha Limpa**. Revista Brasileira de Direito Eleitoral, v. 1, p. 55-101, 2014.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



terrorismo e ao racismo e da cooperação entre os povos (artigo 4º, incisos II, III, VIII e IX), na ampliação dos direitos (direito à moradia, à duração razoável do processo, à alimentação) ou no momento da determinação que a “República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações (parágrafo único do artigo 4º) e que o país propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos (artigo 7º, da ADCT)”.

Com efeito, são competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes na Convenção, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (artigo 33 da CADH); tendo esta Comissão a missão precípua de promover a observância e a defesa dos direitos humanos (artigo 41 da CADH).

DA LEGITIMIDADE

De acordo com o artigo 44 da Convenção Americana de Direitos Humanos e do artigo 23 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado Parte.

Reconhece-se, no ponto, o partido político como entidade não-governamental legalmente reconhecida no Brasil, Estado-membro da Organização. Isso porque, o partido político, pessoa jurídica de direito privado (artigo 17, §§ 1º e 2º, CF/88), não se equipara às entidades paraestatais e destina-se a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal (artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.096/95).



Gregório Bandeni assevera, bem por isso, que os partidos políticos cumprem uma série de funções, tais como: detectar os problemas que apresentam na sociedade e no Estado, propondo remédios para solucioná-los; educar politicamente os cidadãos; atuar como intermediários entre a cidadania e os grupos de opiniões, por uma parte, e o governo, por outra, transmitindo os anseios sociais; obter controle de decisões do governo, dentro de sua concepção de mundo; formar dirigentes políticos; e propor candidatos para ocupar cargos eleitorais.¹¹

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), ora peticionário, tem como objetivo principal lutar pelo desenvolvimento do Brasil e pela dignificação do povo brasileiro, de modo a assumir o compromisso inarredável com a defesa dos direitos fundamentais consagrados com desvelo pela Constituição Federal de 1988, sobretudo, o direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 46, §1º, DA CONVENÇÃO AMERICANA

O peticionário informa que a admissão da presente ação deve preencher os requisitos previstos nos artigos 46 § 1º da Convenção, quais sejam:

- a. *Que tenham sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios do Direito Internacional;*
- b. *Que seja apresentada dentro de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha notificado da decisão definitiva;*
- c. *Que a matéria da petição não esteja pendente de outro processo de solução internacional;*

¹¹ BANDENI, Gregório. **Tratado de Derecho Constitucional**. Buenos Aires: La Ley. T. I. p. 757.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

DIRETÓRIO NACIONAL



d. Que a petição no caso do artigo 44, contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoas ou pessoas ou representante legal da entidade que submeter a petição.

Quanto ao requisito de prévio esgotamento dos recursos na jurisdição interna consubstancia-se em um pressuposto de admissibilidade para que uma petição ou comunicação seja admitida por esta Comissão, conforme a dicção dos artigos 46.1.a da Convenção Americana e 31.1 do Regulamento, importa salientar que as operações policiais truculentas e genocidas aqui tratadas já foram alvo de decisão pela mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal, que, em 5 de agosto de 2020, cerca de 02 (dois) anos atrás, emanou decisão judicial que limitou as operações e impôs ônus de fundamentação. Ocorre que, em que pese a referida decisão, já referendada pelo plenário da Suprema Corte, as operações continuam acontecendo, com ritmo crescente de mortes.

Por pertinência, colaciona-se a ementa:

REFERENDO EM MEDIDA INCIDENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS NAS COMUNIDADES DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA MUNDIAL. **MORA DO ESTADO NO CUMPRIMENTO DE DECISÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA.CONTEXTO FÁTICO EM QUE OS MORADORES PERMANECEM MAIS TEMPO EM CASA. RELATOS DE OPERAÇÕES QUE REPETEM O PADRÃO DE VIOLAÇÃO JÁ RECONHECIDO PELA CORTE INTERAMERICANA. PERICULUM IN MORA. CONCESSÃO DA MEDIDA.** 1. A mora no cumprimento de determinação exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é fundamento que evidencia plausibilidade à tese segundo a qual o Estado do Rio de Janeiro falha em promover políticas públicas de redução da letalidade policial. 2. A permanência em casa dos moradores das comunidades do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia internacional, assim como os relatos de novas operações que, aparentemente, repetem os padrões de violações anteriores, fundamentam o receio de que a medida, caso concedida apenas ao fim do processo, seja ineficaz. 3. **Medida cautelar deferida para determinar: (i) que, sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do COVID-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente**



justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro responsável pelo controle externo da atividade policial; e (ii) que, nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária.¹²

Outrossim, consoante andamento da referida ação no site do Supremo Tribunal Federal – STF, já houve julgamento e publicação de Acórdão, em 03 de fevereiro de 2022, tendo a Corte decidido no seguinte sentido:

Decisão: O Tribunal acolheu parcialmente os embargos de declaração para: 1 – por unanimidade e nos termos do voto do Ministro Edson Fachin (Relator), deferir o pedido de medida cautelar constante do item “a” da petição inicial, a fim de determinar ao Estado do Rio de Janeiro que elabore e encaminhe ao STF, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, um plano visando à redução da letalidade policial e ao controle de violações de direitos humanos pelas forças de segurança fluminenses, que contenha medidas objetivas, cronogramas específicos e a previsão dos recursos necessários para a sua implementação; 2 – **por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro André Mendonça, determinar que até que o plano mais abrangente seja elaborado, atendido o domínio normativo da administração e consideradas as peculiaridades locais, bem como assegurado às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, que o emprego e a fiscalização da legalidade do uso da força sejam feitos à luz dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, com todos os desdobramentos daí derivados, em especial, em relação à excepcionalidade da realização de operações policiais, a serem avaliadas, quando do emprego concreto, pelas próprias forças, cabendo aos órgãos de controle e ao Judiciário, avaliar as justificativas apresentadas quando necessário. Assim, no que tange à aplicação dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei,**

¹² Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754312998> . Acesso em 25.7.2022.



tal como aqui consta (itens “2” e “4”), cabe às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, servindo os princípios como guias para o exame das justificativas apresentadas *a fortiori*; 3 – por unanimidade e nos termos do voto do Relator, **criar um grupo de trabalho sobre Polícia Cidadã no Observatório de Direitos Humanos localizado no Conselho Nacional de Justiça**; 4 – por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro André Mendonça, **reconhecer, nos termos dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que só se justifica o uso da força letal por agentes de Estado quando, ressalvada a ineficácia da elevação gradativa do nível da força empregada para neutralizar a situação de risco ou de violência, (i) exauridos demais meios, inclusive os de armas não-letais, e for (ii) necessário para proteger a vida ou prevenir um dano sério, (iii) decorrente de uma ameaça concreta e iminente. Cabe ao Executivo local sopesar, de um lado, a necessidade de reduzir o risco de dano desnecessário aos direitos humanos nas operações policiais nas favelas, e de outro, as ameaças enfrentadas pelos agentes públicos no cumprimento de seus deveres estatais. Fica ressalvada a possibilidade, desde que posteriormente justificada, que o agente do Estado possa desde logo fazer uso de força potencialmente letal, quando se fizerem necessárias e proporcionais à ameaça vivenciada no caso concreto.** Em qualquer hipótese, colocar em risco ou mesmo atingir a vida de alguém somente será admissível se, após minudente investigação imparcial, feita pelo Ministério Público, concluir-se ter sido a ação necessária para proteger exclusivamente a vida e nenhum outro bem de uma ameaça iminente e concreta. Aqui, por igual, como já salientado acima, cabe às forças de segurança examinarem diante das situações concretas a proporcionalidade e a excepcionalidade do uso da força, servindo os princípios como guias para o exame das justificativas apresentadas *a fortiori*; 5 – por unanimidade e nos termos do voto do Relator, **reconhecer, sem efeitos modificativos, a imperiosa necessidade de, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, haver prioridade absoluta nas investigações de incidentes que tenham como vítimas quer crianças, quer adolescentes**; 6 – por maioria e nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Rosa Weber, Roberto Barroso e Cármen Lúcia, **indeferir, o pedido constante do item “h” da petição inicial, mantendo o sigilo dos protocolos de atuação policial no Estado do Rio de Janeiro**; 7 - Deferir, **em parte**, o pedido constante do item “d” da petição inicial para determinar que, no caso de buscas domiciliares por parte das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, sejam observadas as seguintes diretrizes constitucionais, sob pena de responsabilidade: (i) a diligência, no caso específico de cumprimento de mandado judicial, deve ser realizada somente durante o dia, vedando-se, assim, o ingresso forçado a domicílios à noite; (ii) a diligência, quando feita sem mandado judicial, **pode ter por base denúncia anônima**; (iii) a diligência deve ser justificada e



detalhada por meio da elaboração de auto circunstanciado, que deverá instruir eventual auto de prisão em flagrante ou de apreensão de adolescente por ato infracional e ser remetido ao juízo da audiência de custódia para viabilizar o controle judicial posterior; e (iv) a diligência deve ser realizada nos estritos limites dos fins excepcionais a que se destinam. Os subitens (i), (iii) e (iv) foram julgados à unanimidade e nos termos do voto do Relator. O subitem (ii) foi julgado por maioria e nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, vencido o Ministro Edson Fachin (Relator); 8 – por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deferir o pedido constante do item “e” da petição inicial, para reconhecer a obrigatoriedade de disponibilização de ambulâncias em operações policiais previamente planejadas em que haja a possibilidade de confrontos armados, sem prejuízo da atuação dos agentes públicos e das operações; 9 – por maioria e nos termos do voto do Relator, considerando que a legislação estadual vai ao encontro da pretensão da parte requerente, deferir o pedido constante do item “j” da petição inicial, para determinar que o Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, instale equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos, vencidos os Ministros André Mendonça e Nunes Marques; 10 – por maioria e nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, indeferir o pedido para que o Conselho Nacional do Ministério Público avalie a eficiência e a eficácia da alteração promovida no GAESP do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; 11 – por maioria e nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, **indeferir o pedido para que eventual descumprimento da decisão proferida por este Tribunal seja investigado pelo Ministério Público Federal. Redigirá o acórdão o Ministro Edson Fachin (Relator).** Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, que já havia proferido voto em assentada anterior. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 3.2.2022.

Convém destacar que, em que pese ter sido reconhecida a violência institucional em face da população negra e vulnerabilizada e ainda que determinado uma série de requisitos para a realização das operações, as referidas continuam acontecendo de forma truculenta e genocida. **Outrossim, salta aos olhos que a referida decisão indeferiu o pedido de publicidade, mantendo o sigilo dos protocolos de atuação policial no Estado do Rio de Janeiro bem como indeferiu o pleito de que a**



desobediência à decisão em voga fosse alvo de investigação pelo Ministério Público Federal. Assim, o esgotamento dos recursos de jurisdição interna resta indene de dúvidas, satisfazendo requisito de admissibilidade pela corte.

FUNDAMENTOS PARA O PEDIDO DE MÉRITO
DA AUSÊNCIA DE RECURSO EFETIVO PARA PREVENIR A VIOLAÇÃO DO
DIREITO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Da construção estruturante, narrada nos tópicos anteriores, que os instrumentos dispostos na legislação processual pátria são insuficientes para coibir as violações aos direitos humanos apontados por Atos do Executivo Federal. Conquanto a Constituição Federal de 1988 proclame que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito (artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88), a realidade evidencia que, aparentemente, os atos emanados pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro são imunes aos efeitos irradiadores dos direitos conquistados para salvaguardar os indivíduos das arbitrariedades estatais.

Conforme o artigo 25.1 da Convenção, toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções.

Saliente-se que já houve, há cerca de 02 (dois) anos atrás, decisão interna com fito de resguardar e efetivar os direitos humanos fundamentais da sociedade brasileira, máxime o direito à vida e dignidade das pessoas que vivem em comunidade. Ainda assim, o governo brasileiro tangencia recorrentemente os mandamentos judiciais ao imprimir conduta em nítido ultraje aos mandamentos judiciais e aos direitos humanos da população.



Isso dito, evidencia-se flagrante violação ao artigo 25.1 da Convenção, uma vez que as ilicitudes perpetradas contra o povo brasileiro arrefecem o sacrossanto direito à proteção desta Comissão aos direitos inatos à plena desenvoltura do homem, e da mulher, independente de etnia, raça, credo, dentre outros, no campo interno e externo, uma vez que o necessário respeito à vida e dignidade humana desconhece fronteiras.

DA COBERTURA NORMATIVA

O resguardo ao Direito à vida e dignidade da pessoa humana em vários mecanismos internacionais. O regime de alocação de responsabilidade está localizado na *Responsability of States for Internationally Wrongful Acts*¹³ que estabelece que os estados que violam o direito internacional têm responsabilidade estatal, de acordo com o artigo 1º “*Every internationally wrongful act of a State entails the international responsibility of that State*”.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos é um instrumento importante de cobertura contra às violações de direitos humanos e que inclui proteções contra medidas arbitrárias instituídas pelo estado quando falha em proteger a vida. Sob o manto dos Direitos Humanos, os Estados devem assumir a responsabilidade primária de prevenir, tratar e controlar doenças epidêmicas.

Entende-se que a análise para apurar a responsabilidade estatal por ação de segurança pública que destoa do dever de tutela do bem estar de sua população deve ser abrangente. Desta forma, a análise deve ser pormenorizada, para que a imputação

¹³ INTERNATIONAL LAW COMMISSION et al. Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, 2001. **Yearbook of the International Law Commission**, p. 20-143



de responsabilização pelo órgão internacional não se torne um instrumento de exercício de poder arbitrário diante da soberania estatal.

A análise da imputação da responsabilidade pode permitir a internacionalização da noção de responsabilidade interna e internacional e a discussão precisa ser decantada. Convém ressaltar que sob os princípios da responsabilidade estatal, há a necessidade de se relacionar: o nexó de causalidade entre o ato considerado internacionalmente ilegal e a lesão. No caso em tela, a atuação estatal dotada de racismo institucionalizado tem sido responsável direto por número alarmante de mortes em operações policiais, pelo que o nexó causal e a lesão ao direito a vida e dignidade ressoa inconteste.

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS VIOLADOS

Com o fim de discutir a violação de direitos humanos e fundamentais em decorrência da operação policial no Complexo do Alemão, apresentam-se os atos constitutivos da responsabilidade estatal pelo Poder Executivo:

Direito à à Vida e à Integridade Pessoal

De todos os Direitos Fundamentais, os relativos à Vida e à Integridade são precedentes e pressupostos, dado que constituem condição *sine qua non* para o exercício de todos os outros. Para os Estados exsurge o dever de promover e incentivar ações em prol da segurança pública de todos os cidadãos, de forma que ações que tem por fito resguardar o patrimônio de uns não podem servir de subsídio apto a justificar incontáveis mortes no âmbito das populações vulnerabilizadas. A vida, é preciso repetir o óbvio, é um direito humano reconhecido no corpo jurídico internacional dos Direitos Humanos.



Sendo esse o contexto, não se faz necessário empreender esforços hercúleos para vislumbrar que o governo brasileiro tem violado patentemente os direitos e garantias individuais, bem como os direitos, no que incorre, bem por isso, em nítida violação aos bens jurídicos tutelados tanto na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, no Pacto de San José da Costa Rica, no Protocolo de San Salvador e na Constituição da República Federativa do Brasil, pelo menos.

DOS PEDIDOS

Diante das razões de fato e de direito expostas, o Peticionário, por seus advogados, requer o seguinte:

- i) Seja a presente petição e seus documentos anexos admitidos ao devido processamento convencional;
- ii) Após a realização do devido processo nesta sede de justiça internacional, seja o Governo do Estado do Rio de Janeiro condenado a manter mecanismos que evitem a repetição de ações e omissões como as relatadas neste pedido de medida cautelar, que incluam, pelo menos, medidas que sejam necessárias para a implementação e cumprimento em matéria de segurança pública dos parâmetros internacionais mínimos e aceitáveis como a garantia de uma existência digna para toda a população brasileira.
- iii) Também ao final, após a realização do devido processo nesta sede de justiça internacional, seja o Governo do Estado do Rio de Janeiro condenada reparação aos familiares dos mortos, bem como as pessoas que foram prejudicadas física e materialmente em virtude das recorrentes operações policiais dotadas de truculência, notadamente pelas violações de direitos humanos, incluindo uma compensação pelos



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



danos materiais e morais causados, assim como outras medidas satisfativas a serem arbitradas, a critério desta elevada Corte Internacional de Justiça, danos morais;

iv) Requer seja declarada a responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela ação narrada ao longo desta petição;

v) Seja o presente caso, após os trâmites convencionais, encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, para análise e julgamento dos pedidos ora deduzidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 25 de julho de 2022.

CARLOS ROBERTO LUPI
Presidente Nacional do PDT

WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

ALISSON LUCENA
OAB/PE 37.719



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



IAN RODRIGUES DIAS

OAB/DF 10.074

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO

OAB/RJ 62.818

MARA HOFANS

OAB/RJ 68.152

ANA CAROLINE LEITÃO

OAB/PE 49.456